

TERMO DE REFERÊNCIA CONSULTOR

Edital 03/2024: Instrumentais - Adaptação de metodologias para apoio a governança das escolas e secretarias de ensino - PDDE, PNATE, Caminho da Escola (Comunidades Quilombolas, Ribeirinhas, Indígenas)	
Título e Código do Projeto:	914BRZ1149 - Desenvolvimento de estratégias e ferramentas para fortalecimento e consolidação das políticas públicas de manutenção escolar como referências nacionais e internacionais em políticas públicas educacionais de excelência.
Local de Trabalho:	Brasília-DF
Período do contrato:	11 meses
Número de vagas:	01 (uma)
Enquadramento no Prodoc:	1.2.4 Adaptar e inovar as metodologias de gestão, assistência técnica, monitoramento e avaliação dos programas brasileiros de manutenção escolar para as secretarias de educação e escolas que atendem estudantes de comunidades quilombolas, ribeirinhas e em povos indígenas.

1 – FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO**a) Contexto da consultoria**

O Projeto de Cooperação Técnica objetiva o aprimoramento da capacidade institucional do FNDE, em especial da Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Melhoria da Escola (CGDME) e da Coordenação Geral de Transporte Escolar (CGPTE), da Diretoria de Ações Educacionais (Dirae), para se tornar referência nacional e internacional em políticas públicas de transporte e manutenção escolar de excelência, por meio do fortalecimento e consolidação do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate), do Programa Caminho da Escola e do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Os resultados propostos devem contribuir para o aperfeiçoamento dessas políticas educacionais e, como consequência, diminuir a desigualdade educacional e alcançar melhores índices de acesso e aprendizagem dos estudantes brasileiros.

Dentre os resultados esperados, há o Resultado 1.2: Processos de planejamento, implantação, execução, monitoramento e inovação dos programas brasileiros de transferência direta de recursos para as escolas e dos programas da Política Pública de Transporte Escolar aprimorados. Para o alcance do Resultado 1.2, está prevista a contratação de consultores para elaborar metodologias de gestão, assistência técnica, monitoramento e avaliação dos programas brasileiros de manutenção escolar.

b) Motivos e relevância

No FNDE, as políticas de manutenção escolar se subdividem no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e na Política Nacional de Transporte Escolar, que tem dois programas: o Programa Caminho da Escola e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar.

O Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, criado no ano de 1995, também conhecido como PDDE Básico, é regido atualmente pela Resolução CD/FNDE/MEC nº 15, de 16 de setembro de 2021, tendo como legislação principal anterior a Resolução CD/FNDE/MEC nº 10, de 18 de abril de 2013.

Além do PDDE Básico, existem as Ações Integradas, que consistem em programas educacionais específicos geridos pelas Secretarias do Ministério da Educação – MEC (Secretaria de Educação Básica – SEB e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Secadi), mas que seguem os

mesmos moldes operacionais do PDDE Básico nos quesitos: forma de transferência dos repasses, modo de gestão dos recursos e modo de prestação de contas.

Contudo, cada Ação Integrada possui finalidades, objetos e públicos-alvo específicos, descritos em suas próprias resoluções, as quais devem ser estritamente seguidas para a correta aplicação dos recursos e alcance dos objetivos dos programas.

O PDDE possui caráter suplementar e consiste na destinação anual de recursos financeiros repassados às entidades participantes, cujas finalidades consistem em contribuir para:

- a) o provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais beneficiários que concorram para a garantia de seu funcionamento;
- b) a promoção de melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica; e
- c) o incentivo da autogestão escolar e do exercício da cidadania, com a participação da comunidade no controle social.

O PDDE deve atender também às especificidades dos povos quilombolas. Apesar de as garantias constitucionais e legais resguardarem o direito dos povos quilombolas à educação escolar, sabe-se que por motivos culturais e geográficos muitos não são atendidos. Além das dificuldades de acesso às salas de aula, persiste, de modo geral, o cenário de oferta de educação escolar homogeneizante, estruturada com base nas práticas correntes das redes de ensino não quilombolas, sem atender os objetivos educacionais de cada povo.

Assim, a finalidade da contratação em questão é adaptar e inovar as metodologias de gestão, assistência técnica, monitoramento e avaliação do PDDE especificamente nas comunidades quilombolas.

A realização de levantamento de informação e proposição de melhoria do PDDE aos povos quilombolas seguramente, contribuirá para subsidiar e qualificar as ações de assistência técnica e tomada de decisão das políticas do FNDE. Dessa forma, a aplicação dos recursos será otimizada, contribuindo para que se gerem os resultados esperados.

c) Necessidade da consultoria

Este edital tem por objeto a contratação de 01 (uma) consultoria especializada no estudo analítico e propositivo para o aprimoramento e inovação da execução do Programa Dinheiro Direto na Escola especificamente nas comunidades quilombolas.

Ressalta-se a não existência de profissionais com este perfil na Autarquia, tendo em vista ser uma área de conhecimento da legislação indigenista e educação escolar indígena e a carreira do FNDE ser específica para financiamento de políticas educacionais.

2 – ENQUADRAMENTO NO PRODOC

- a) Resultados que serão alcançados: proposições de implantação do PDDE nas comunidades quilombolas; propostas de aprimoramento das estratégias de assistência técnica e de monitoramento e avaliação do PDDE de forma a ampliar o alcance para os estudantes quilombolas; capacitações para as escolas quilombolas e secretarias de educação.

b) Enquadramento no Prodoc:

Objetivo Imediato: Políticas educacionais de transporte escolar e de descentralização de recursos às escolas sendo executadas de forma eficiente a partir de aplicação de novas metodologias, experiências inovadoras e boas práticas nacionais e internacionais, hábeis a incrementar seu desenvolvimento.

Resultado 1.2: Processos de planejamento, implantação, execução, monitoramento e inovação dos programas brasileiros de transferência direta de recursos para as escolas e dos programas da Política Pública de Transporte Escolar aprimorados.

Atividade 1.2.4: Adaptar e inovar as metodologias de gestão, assistência técnica, monitoramento e avaliação dos programas brasileiros de manutenção escolar para as secretarias de educação e escolas que atendem estudantes de comunidades quilombolas, ribeirinhas e em povos indígenas.

3 – PRODUTOS A SEREM ENTREGUES E/OU ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS

Descrição
<p>Produto 1 Documento técnico contendo diagnóstico da implantação do Programa Dinheiro Direto na Escola em municípios e escolas com estudantes quilombolas.</p> <p>Atividades necessárias para elaboração do Produto 1:</p> <ul style="list-style-type: none">• Participação em reuniões institucionais;• Diálogo permanente com a equipe da CGDME;• Pesquisa sobre a implantação do PDDE nas escolas com estudantes quilombolas.
<p>Produto 2 - Documento técnico contendo propostas de aprimoramento das estratégias de monitoramento e avaliação do Programa Dinheiro Direto na Escola de forma a ampliar o alcance para os estudantes quilombolas.</p> <p>Atividades necessárias para elaboração do Produto 2:</p> <ul style="list-style-type: none">• Participação em reuniões institucionais;• Diálogo permanente com a equipe da CGDME;• Diagnóstico das atuais estratégias de monitoramento e avaliação do PDDE, inclusive para os estudantes quilombolas;• Proposição de aprimoramento e ampliação das estratégias analisadas para os estudantes quilombolas.
<p>Produto 3 - Documento técnico contendo propostas de aprimoramento das estratégias de assistência técnica do Programa Dinheiro Direto na Escola de forma a ampliar o alcance para os estudantes quilombolas.</p> <p>Atividades necessárias para elaboração do Produto 3:</p> <ul style="list-style-type: none">• Participação em reuniões institucionais;• Diálogo permanente com a equipe da CGDME;• Estudo da assistência técnica do PDDE;• Proposição de novas estratégias de assistência técnica do PDDE para os estudantes quilombolas.
<p>Produto 4 - Documento técnico contendo relatório sobre a construção de parcerias com instituições afins.</p> <p>Atividades necessárias para elaboração do Produto 4:</p> <ul style="list-style-type: none">• Participação em reuniões institucionais;• Diálogo permanente com a equipe da CGDME;• Mapeamento das instituições que poderiam se tornar parceiras do FNDE em relação ao PDDE para escolas quilombolas;• Contato e estabelecimento de parcerias.
<p>Produto 5 - Documento técnico contendo relatório sobre as capacitações presenciais e/ou virtuais sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola, realizadas para as escolas quilombolas e as secretarias de educação.</p> <p>Atividades necessárias para elaboração do Produto 5:</p> <ul style="list-style-type: none">• Participação em reuniões institucionais;• Diálogo permanente com a equipe da CGDME;• Realização de capacitações para as escolas quilombolas e as secretarias de educação;• Organização e diagnóstico dos dados das capacitações.

4 – CRONOGRAMA DE ENTREGAS

Perfil: Consultor em análise, monitoramento e financiamento de políticas públicas

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
Produto 1 Documento técnico contendo diagnóstico da implantação do Programa Dinheiro Direto na Escola em municípios e escolas com estudantes quilombolas.	40 dias
Produto 2 Documento técnico contendo propostas de aprimoramento das estratégias de monitoramento e avaliação do Programa Dinheiro Direto na Escola de forma a ampliar o alcance para os estudantes quilombolas.	120 dias
Produto 3 Documento técnico contendo propostas de aprimoramento das estratégias de assistência técnica do Programa Dinheiro Direto na Escola de forma a ampliar o alcance para os estudantes quilombolas.	180 dias
Produto 4 Documento técnico contendo relatório sobre a construção de parcerias com instituições afins.	250 dias
Produto 5 Documento técnico contendo relatório sobre as capacitações presenciais e/ou virtuais sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola, realizadas para as escolas quilombolas e as secretarias de educação.	310 dias

* o número de dias é contado da assinatura do contrato.

5 – INSUMOS

Ao(À) consultor(a), serão fornecidos apoio e material técnicos necessários para o desenvolvimento dos trabalhos da consultoria em questão, bem como acesso às informações institucionais pertinentes ao objeto dos produtos.

Poderão ainda ser disponibilizados os seguintes insumos para a consultoria:

- Passagens e diárias quando necessárias à realização dos produtos previstos;
- Subsídio da equipe técnica do FNDE para a realização de reuniões de trabalho necessárias para a discussão do conteúdo e principais resultados do trabalho;
- Apoio da equipe técnica do FNDE para leitura do documento, críticas e sugestões;
- Disponibilização de informações importantes, de domínio do FNDE, para a execução do trabalho.

6 – REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO

Os participantes que não apresentarem os requisitos obrigatórios de qualificação não serão considerados para o processo de avaliação.

6.1 Obrigatórios:

- **Formação Acadêmica:** Graduação em Licenciatura Intercultural, Antropologia, Sociologia, Ciência Política, Ciências Sociais, Educação, Geografia, História, ou áreas afins, em Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo MEC.
- **Experiência Profissional:**
 - Experiência mínima de 2 (dois) anos em um ou mais aspectos de apoio a projetos de educação escolar quilombola: elaboração, coordenação, gerência, docência, gestão, execução e/ou assessoria.

6.2 Desejáveis:

- Especialização, mestrado ou doutorado em Antropologia, História, Educação, Políticas Públicas ou áreas relacionadas.
- Experiência de trabalho *in loco* em território quilombola para implementação de políticas públicas voltadas para populações quilombolas.

7 – TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Os candidatos serão avaliados pelos critérios técnicos dispostos na tabela a seguir.

Críticos de Avaliação Técnica – Pessoa Física

Qualificação e Experiência do Candidato					
1	Qualificação do candidato	<p>É obrigatório que possua curso superior completo em Licenciatura Intercultural, Antropologia, Sociologia, Ciência Política, Ciências Sociais, Educação, Geografia, História, ou áreas afins, devidamente reconhecido pelo MEC.</p> <p>É desejável especialização, mestrado ou doutorado em Antropologia, História, Educação, Políticas Públicas ou áreas relacionadas.</p> <p>A comprovação será feita por meio de apresentação de diploma.</p>	<p>[100%] 30 pontos: Doutorado nas áreas relacionadas</p> <p>[95%] 28,5 pontos: Doutorado</p> <p>[90%] 27 pontos: Mestrado nas áreas relacionadas</p> <p>[85%] 25,5 pontos: Mestrado</p> <p>[80%] 24 pontos: Especialização nas áreas relacionadas</p> <p>[75%] 22,5 pontos: Especialização</p> <p>[70%] 21 pontos: Graduação</p>	30	
2	Experiência do candidato	<p>É obrigatório que possua experiência mínima 2 (dois) anos em um ou mais aspectos de apoio a projetos de educação escolar quilombola: elaboração, coordenação, gerência, docência, gestão, execução e/ou assessoria.</p> <p>A comprovação será feita por meio de apresentação de atestados e/ou declarações fornecidos por algum empregador.</p>	<p>[100%] 20 pontos: 5 ou mais anos de experiência</p> <p>[90%] 18 pontos: 4 anos de experiência</p> <p>[80%] 16 pontos: 3 anos de experiência</p> <p>[70%] 14 pontos: 2 anos de experiência</p>	20	
		<p>É desejável experiência de trabalho <i>in loco</i> em território quilombola para implementação de políticas públicas voltadas para populações quilombolas.</p> <p>A comprovação será feita por meio de apresentação de atestados e/ou declarações fornecidas por algum empregador.</p>	<p>[100%] 20 pontos: 4 experiências de trabalho <i>in loco</i></p> <p>[90%] 18 pontos: 3 experiências de trabalho <i>in loco</i></p> <p>[80%] 16 pontos: 2 experiências de trabalho <i>in loco</i></p> <p>[70%] 14 pontos: 1 experiência de trabalho <i>in loco</i></p>	20	
3	Entrevista	Adequação ao perfil e domínio nas atividades previstas no edital.	<p>[100%] 10 pontos: Ótimo</p> <p>[70%] 7 pontos: Bom</p> <p>[50%] 5 pontos: Regular</p> <p>[10%] 1 ponto: Fraco</p>	10	
		Desenvoltura na articulação de temas e ideias ao responder.	<p>[100%] 10 pontos: Ótimo</p> <p>[70%] 7 pontos: Bom</p> <p>[50%] 5 pontos: Regular</p> <p>[10%] 1 ponto: Fraco</p>	10	
		Capacidade de raciocínio, comunicação e interlocução durante a entrevista.	<p>[100%] 10 pontos: Ótimo</p> <p>[70%] 7 pontos: Bom</p> <p>[50%] 5 pontos: Regular</p> <p>[10%] 1 ponto: Fraco</p>	10	
TOTAL DE PONTOS					100

8 – ENTREVISTA

A fase final do processo de seleção e classificação se dará por meio de entrevista com os candidatos que atingirem a maior pontuação referente à qualificação e experiência, conforme item 7 deste edital. Para

cada uma das vagas, a critério do Comitê de Seleção, 03 (três) ou mais candidatos participarão dessa fase.

As entrevistas terão caráter classificatório e eliminatório e, a critério do Comitê de Seleção, poderão ser presenciais e realizadas em Brasília, no Edifício FNDE.

A entrevista valerá **30 (trinta) pontos**, os quais serão somados aos pontos obtidos pelo candidato na fase de pontuação do currículo. Esta entrevista avaliará o domínio pelo candidato nas atividades previstas no edital, assim como sua desenvoltura na articulação de temas e ideias relativos ao objeto da consultoria, fluência verbal e capacidade de raciocínio.

9 – LOCAL DE TRABALHO

Brasília-DF.

Não há a necessidade de o(a) consultor(a) permanecer nos espaços físicos da Autarquia, podendo trabalhar remotamente, desde que resida em Brasília e esteja disponível para a participação de reuniões presenciais, videoconferências, além de atender ligações, responder e-mails e manter as condições necessárias para acessar os sistemas corporativos.

Brasília/DF, 26 de dezembro de 2023.